

Impasses com credores ^{Divida} na negociação externa

por Reginaldo Heller
do Rio

"Nunca tantos erros foram cometidos em tão pouco tempo". Esta paráfrase de Ruy Barbosa certamente é a mais comum nos meios financeiros nacionais e internacionais e acabou consolidando uma imagem desgastada do governo, ao conduzir, neste primeiro semestre do ano, a um ambicioso programa de refinanciamento da dívida externa brasileira.

Em 20 de dezembro do ano passado, o governo brasileiro lançava, em Nova York, um programa inédito, criativo, sem sombra de dúvida, que se apresentava como uma alternativa inteligente à simples moratória ou um amplo reescalonamento da dívida externa, como até então já haviam anunciado dois outros países ilíquidos da América Latina, o México e a Argentina. O Brasil já não tinha reservas e apresentava uma necessidade global de recursos estimada em, pelo menos, US\$ 25 bilhões para 1983.

Dos quatro projetos praticamente impostos à comunidade financeira internacional, apenas um parecia realista e imediatamente viável: o projeto 2, de renovação automática das amortizações vincendas em 1983. Os demais representaram, no fundo, custos elevados à imagem de boa administração das contas externas de que as autoridades brasileiras costumavam ufanar-se.

O projeto 1 — empréstimo-jumbo de US\$ 4,4 bilhões — que deveria ser fechado em 10 dias, levou quase 3 meses; os projetos 3 e 4, de linha de crédito comercial (US\$ 8,8 bilhões), e interbancário (US\$ 10 bilhões, depois revisto para US\$ 7,5 bilhões) jamais chegaram a ser efetivamente e integralmente implementados. Uma sequência de erros foi apontada, tais como a exigência de créditos "stand by" (comprometidos) num mercado marginal que, por natureza, não pode operar com compromissos, ou ainda a ausência de estatísticas e acompanhamento sistemático da dívida de curto prazo.

O resultado não poderia ser outro, que não fossem a sucessão de atrasos, a perda de credibilidade na administração da dívida externa e nos coordenadores dos quatro projetos. Foram

feitas várias tentativas para uma recomposição da confiabilidade nos números oficiais, como uma reunião em Londres e outros contatos com banqueiros americanos.

Mas as hipóteses adotadas em 20 de dezembro, também, mostraram-se equivocadas: 1 — não houve um interlocutor aceitável pela comunidade financeira internacional; 2 — admitiu-se que o fluxo de empréstimos seria regularizado em março deste ano; 3 — admitiu-se que a recuperação da economia mundial, especialmente dos Estados Unidos facilitaria, rapidamente, a recuperação das contas externas brasileiras; 4 — desatendeu-se os pequenos e médios bancos regionais americanos e europeus, com 20% da dívida, mas de suma importância para o sucesso dos quatro programas.

Além disso, feito às pressas, o acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional não pôde ser cumprido, resultando no atraso da liberação da segunda parcela do empréstimo de US\$ 4,8 bilhões, contratado por três anos, e, por conseguinte, atrasando o pagamento de parcela do empréstimo do BIS. As hesitações e desencontros na política econômica de ajustamento interno, também, geraram algum descrédito no exterior, induzindo bancos credores e FMI a um reexame da política econômica, exigindo novas medidas de ajustamento.

A experiência brasileira fracassou. Um novo comitê de assessoramento, substituindo-se alguns nomes, como Antonio (Tony) Gebauer, do Morgan, por William (Bill) Rhodes, do Citibank, e uma nova missão do FMI acabaram por impôr um novo programa de refinanciamento da dívida externa, que vislumbra um quadro mais realista dos pagamentos mensais ao exterior, um "cash-flow" coerente, necessidades de liquidez por dois ou três anos. O projeto 1 praticamente deixará de existir; o projeto 4, também; novos empréstimos-jumbo, novos programas de médio prazo que devem totalizar US\$ 8 bilhões e um perdão acompanhado de um sinal amarelo, pelo FMI, foi o que resultou daquela exuberante reunião nos salões do hotel Plaza, de Nova York, na fria manhã às vésperas do Natal.